

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

LAURA CHARALLO GRISOLIA ELIAS

**Inconstitucionalidade do pagamento antecipado da diferença de alíquota do  
ICMS pelas empresas optantes do Simples Nacional**

Ribeirão Preto

2020

LAURA CHARALLO GRISOLIA ELIAS

**Inconstitucionalidade do pagamento antecipado da diferença de alíquota do  
ICMS pelas empresas optantes do Simples Nacional**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências Jurídicas.

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes

Ribeirão Preto

2020

## RESUMO

ELIAS, Laura Charallo Grisolia. **Inconstitucionalidade do pagamento antecipado da diferença de alíquota do ICMS pelas empresas optantes do Simples Nacional.** 2020. 108 p. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

A Constituição Federal prevê, sem qualquer exceção, o tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte. Também estabelece que o Imposto Sobre o Operação de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS deve obedecer ao princípio da não-cumulatividade, exceto em caso de não incidência ou isenção. Contudo, a Lei Complementar 123/2006, que trata do Simples Nacional, vedou às empresas optantes pelo Simples Nacional o direito ao crédito do ICMS, bem como estabeleceu o pagamento antecipado da diferença de alíquota do ICMS pelas empresas optantes do Simples Nacional. Assim, o trabalho busca analisar a constitucionalidade da instituição desse pagamento antecipado pela LC 123/2006, considerando os princípios constitucionais do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e o da não-cumulatividade do ICMS. Para tanto, foram estudados esses princípios, além de pontos essenciais do ICMS. Ao final, chegou-se à conclusão de que o pagamento antecipado da diferença de alíquota do ICMS pelas empresas optantes do Simples Nacional é inconstitucional, ferindo os princípios acima elencados, bem como o direito ao trabalho, a livre concorrência, o desenvolvimento nacional e a dignidade da pessoa humana.

**Palavras chave:** Tratamento favorecido; Simples Nacional; ICMS; Diferença de Alíquota; Teoria Crítica.

## ***ABSTRACT***

ELIAS, Laura Charallo Grisolia. **Unconstitutionality of the advance payment of the difference in the ICMS rate by the companies opting for the Simple national.** 2020. 99p. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

The Federal Constitution provides, without any exception, for the differentiated treatment of micro and small enterprises. It also establishes that the Tax on the Operation of Movement of Goods and Services - ICMS must comply with the principle of non-cumulativeness, except in case of no incidence or exemption. However, Complementary Law 123/2006, which deals with the National Simple, denied companies that opt for the National Simple the right to credit the ICMS, as well as established the advance payment of the ICMS rate difference by companies that opt for the National Simple. Thus, the work seeks to analyze the constitutionality of the institution of this advance payment by LC 123/2006, considering the constitutional principles of the favored treatment of microenterprises and and small businesses and the noncumulativity of the ICMS. For this, we studied these principles, in addition to essential ICMS points. In the end, it was concluded that the advance payment of the difference in the ICMS tax rate by companies opting for Simples Nacional is unconstitutional, violating the principles listed above, as well as the right to work, free competition, national development and dignity of human person.

**Keywords:** Favored treatment; Simple national; ICMS; Rate Difference; Critical Theory.